Extrato do relatório INSP-SMG/2010/278

Clique ou toque aqui para introduzir texto.

1 – Dados gerais da inspeção

1.1 - Inspeção

Data: 25-11-2010 **Tipo:** Inspeção Ambiental Específica

Tipo de inspeção: Seguimento

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Finançor Agro Alimentar, SA **NIPC/NIF:** 512000280

Sede/morada: Rua da Pranchinha n,º 92

Código Postal: 9500-331 **Freguesia:** São Pedro

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** São Miguel

1.3 – Estabelecimento inspecionado

Nome: Fábrica de rações

Endereço: Av. Litoral, n.º 19

Código Postal: 9560-041 **Freguesia:** N.ª Sr.ª do Rosário

Concelho: Lagoa **Ilha:** São Miguel

CAE Principal: Fabricação de alimentos para animais de criação 10912

Licença Ambiental: LA n.º 2/2007/DRA

Enquadramento PCIP: 6.4bii) Tratamento e transformação destinados ao fabrico de produtos para alimentação humana e/ou animal a partir de matérias-primas vegetais com capacidade de produção de produto acabado superior ou igual a 300 t por dia (valor médio trimestral)

Coordenadas UTM: X: 624 693 m Y: 4 178 252 m (sistema de referência WGS84; zona 26)

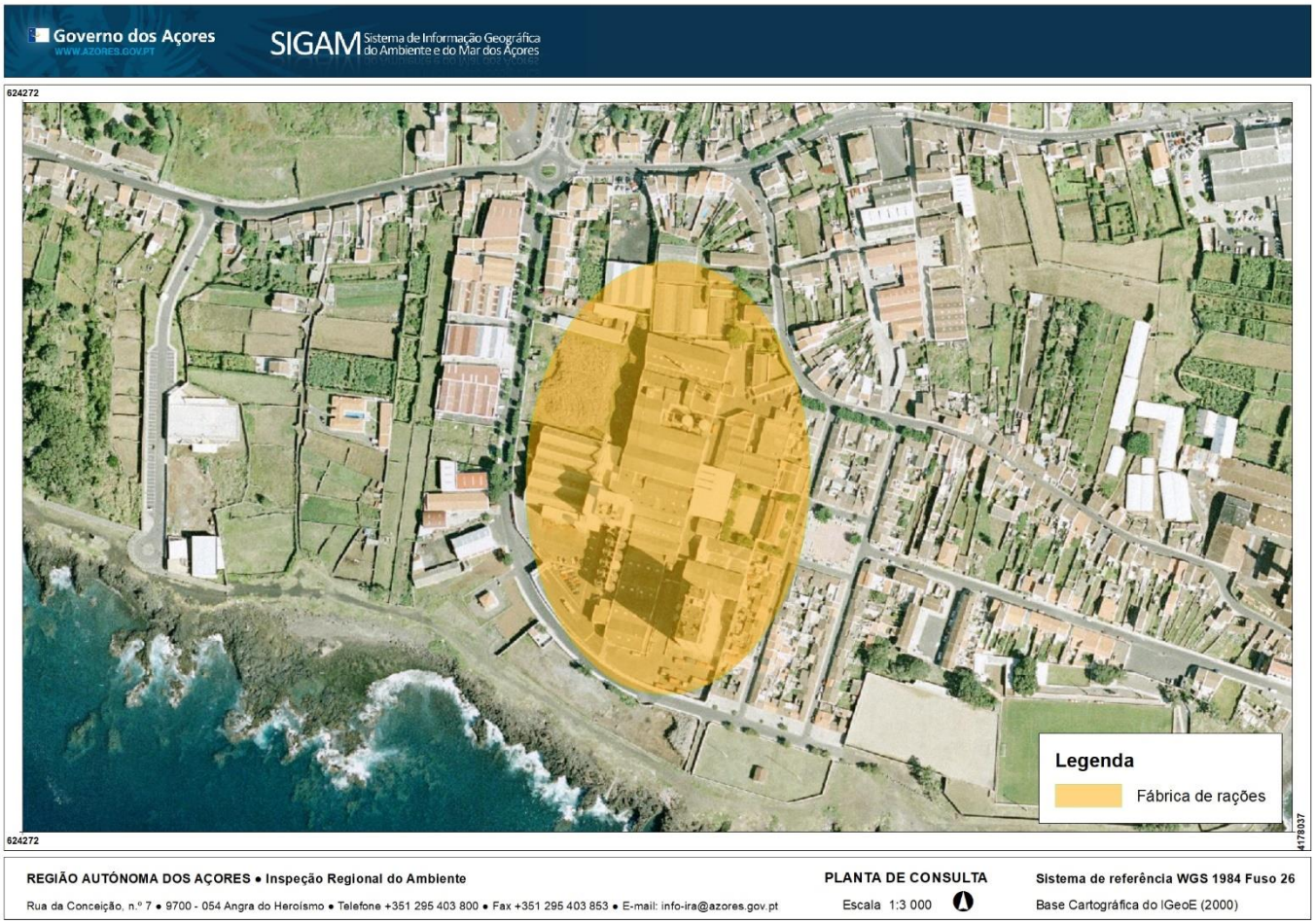

Figura 1: Localização do estabelecimento.

2 – Requisitos enquadradores da inspeção

A inspeção teve como objetivo verificar a conformidade da instalação de acordo com os seguintes requisitos:

Tema		Enquadramento legal vigente em 2019
☐	Gestão da água	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro de 2005 Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro
☒	Gestão de resíduos	Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro Decreto Legislativo Regional nº 42/2012/A, de 1 de junho Decreto-Lei nº 152-D/2017, de 11 de dezembro
☒	Produção e utilização de substâncias perigosas	Regulamento (CE) nº 1907/2006, de 18 de dezembro Regulamento (CE) nº 1272/2008, de 16 de dezembro Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro Decreto-lei n.º 220/2012, de 10 de outubro

☒	Emissões atmosféricas	Decreto Legislativo Regional nº 32/2012/A, de 13 de julho Decreto-Lei nº 39/2018, de 11 de junho
☐	Gases fluorados com efeito de estufa	Regulamento (UE) nº 517/2014, de 16 de abril Decreto-Lei nº 145/2017, de 30 de novembro
☐	Substâncias que empobrecem a camada de ozono	Regulamento (CE) nº 1005/2009, de 16 de setembro Decreto-Lei nº 85/2014, de 27 de maio
☐	Ruído	Decreto Legislativo Regional nº 23/2010/A, de 30 de junho
☐	Licença ambiental	

3 – Conclusões sobre a conformidade com os requisitos legais e com a licença

Não foram identificadas situações irregulares.

4 – Medidas adotadas

Na sequência da inspeção foram adotadas as seguintes medidas:

Medida		**Observações**
☐	Auto de notícia	
☐	Notificação para regularização	
☒	Outras	Arquivamento.